

MARLOVE DOS SANTOS

**A IMIGRAÇÃO ITALIANA
A UTILIZAÇÃO DO DIALETO VÊNETO NA CONTEMPORANEIDADE**



USAL
UNIVERSIDAD
DEL SALVADOR

BENTO GONÇALVES
2005

1

**A IMIGRAÇÃO ITALIANA
A UTILIZAÇÃO DO DIALETO VÊNETO NA CONTEMPORANEIDADE**

MARLOVE DOS SANTOS



Monografia apresentada ao Curso de, como
requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre,
sob orientação do Professor.

BENTO GONÇALVES
2005

**A IMIGRAÇÃO ITALIANA
A UTILIZAÇÃO DO DIALETO VÊNETO NA CONTEMPORANEIDADE**

MARLOVE DOS SANTOS



Monografia apresentada ao Curso de, para obtenção do Grau de Mestre e
aprovada pelo professor:

**USAL
UNIVERSIDAD
DEL SALVADOR**

**BENTO GONÇALVES
2005**

TÍTULO: A IMIGRAÇÃO ITALIANA: A UTILIZAÇÃO DO DIALETO VÊNETO NA CONTEMPORANEIDADE

AUTORA: MARLOVE DOS SANTOS

ORIENTADOR:



USAL
UNIVERSIDAD
DEL SALVADOR

Palavras-chave:



Eu, Marlove S. dos Santos,
dedico este trabalho a Deus.

Que o “Mestre dos Mestres”
me ensine que nas falhas e
lágrimas se desculpe a sabedoria.

Que o “Mestre da
Sensibilidade” ensine a contemplar
as coisas simples e a navegar nas
águas da emoção.

Que o “Mestre da Vida” me
ensine a não ter medo de viver e a
superar os momentos difíceis.

Que o “Mestre do Amor” me
ensino que a vida é o maior
espetáculo no teatro da existência.

Que o “Mestre Inesquecível”
me ensine que os fracos julgam e
desistem, enquanto os fortes
compreendem e têm esperanças.



USAL
UNIVERSIDAD
DEL SALVADOR

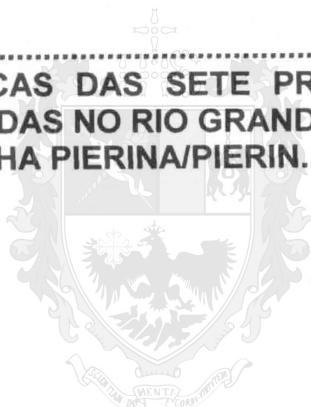
AGRADECIMENTOS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 UM POUCO DA HISTÓRIA DA LIBERDADE DE FALAR.....	10
1.1 DEFININDO TERMINOLOGIAS.....	23
1.1.1 Linguística	23
1.1.2 Antropologia	24
1.1.3 Língua.....	24
1.1.4 Cultura.....	25
1.1.5 Relação Língua e Cultura	26
1.1.6 Aquisição de Língua e Cultura.....	27
2 CAUSAS DA EMIGRAÇÃO.....	29
2.1 RELATOS DA IMIGRAÇÃO.....	31
2.1.1 Os maus tratos nos navios e na chegada	33
2.1.2 Os imigrantes transformaram a desgraça em prosperidade	35
3 AS CAUSAS DA EMIGRAÇÃO ITALIANA.....	37
3.1 AS CAUSAS INTERNAS OU NACIONAIS.....	37
3.2 CAUSAS EXTERNAS DA EMIGRAÇÃO.....	44
3.3 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL	45
3.4 A LINGUAGEM DOS NÚMEROS.....	47
3.5 A VINDA PARA O BRASIL - A LONGA E HORRENDA VIAGEM.....	49
3.5.1 Os preparativos.....	49
3.5.2 A viagem de trem até Gênova.....	50
3.5.3 Partida para o desconhecido.....	52
3.5.4 A viagem.....	53
3.5.5 Na Nova Terra	55
3.5.6 No Rio Grande do Sul.....	57
3.5.7 Dormimos no chão como os animais.....	63
3.5.8 Outros Relatos.....	68
3.5.9 A chegada. A viagem para o destino. O assentamento. ..	70
3.6 OS SOFRIMENTOS CONTINUAM NA NOVA PÁTRIA.....	73
3.6.1 Por falta de dinheiro.....	73
3.6.2 Por falta de atendimento religioso	75
3.6.3 Por falta de paz.....	84
3.6.4 Por falta de atendimento sanitário.....	86

3.6.5 Por falta de escolas.....	89
3.6.6 Por falta de ajuda na agricultura.....	90
3.6.7 A praga dos ratos.....	91
3.6.8 Os gafanhotos.....	92
3.6.9 O flagelo da seca.....	93
3.6.10 Por terem tudo incômodo e desconfortável	94
3.7 RELIGIÃO E OS COSTUMES MORAIS.....	96
3.8 LOCOMOÇÃO E MEIOS DE TRANSPORTE.....	98
3.9 OS SOBRENOMES.....	101
3.10 TRANSFORMARAM A DESGRAÇA EM PROSPERIDADE.....	104
3.10.1 A árvore provincial e bendita	105
3.11 ORIGENS, HISTÓRIA E SIGNIFICADO DOS NOMES GEOGRÁFICOS DA COLÔNIA ITALIANA.....	107
4 A LINGUAGEM ORAL DA REGIÃO DE COLONIZAÇÃO ITALIANA NO SUL DO BRASIL.....	110
4.1 TRANSMISSÃO DA CULTURA DOMÉSTICA.....	114
4.2 DATAS E COMEMORAÇÕES FAMILIARES.....	115
4.3 MEDICINA SAÚDE E HIGIENE NA IMIGRAÇÃO ITALIANA.....	119
4.4 ALIMENTAÇÃO –VESTUÁRIO E COSTUMES.....	124
5 A VIVÊNCIA SOCIAL NA COLONIZAÇÃO ITALIANA.....	128
5.1 RELIGIÃO.....	129
5.2 A REGIÃO E O CLIMA.....	130
5.3 LOCALIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA.....	131
5.4 CONSTRUÇÃO DAS CASAS OU MORADIAS.....	133
5.4.1 Material de Construção.....	134
5.4.2 Modelo de Casas.....	135
5.4.3 Os móveis e armários	136
5.5 A CONSTITUIÇÃO FAMILIAR.....	137
5.5.1 O nome da família	137
5.5.2 Expectativa da Prole.....	140
5.5.3 A Educação Religiosa dos Filhos	141
5.6 NOMES, APELIDOS E ABREVIATURAS.....	141
5.7 A LINGUAGEM.....	142
5.8 EDUCAÇÃO, CULTURA E FORMAÇÃO NA IMIGRAÇÃO ITALIANA.....	145
6 OS DIALETOS ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL: CONVIVÊNCIA E MESCLA LINGÜÍSTICA.....	148
6.1 PROVÉRBIOS DIALETAIS ITALIANOS.....	161
6.1.1 Provérbios dialetais italianos: uso e função	164
7 MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES: UM MARCO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA.....	176
7.1 EDUCAÇÃO.....	176
7.2 SITUAÇÃO DA COLÔNIA.....	176
7.3 INSTRUÇÃO PÚBLICA.....	178
7.4 PROFESSORES.....	179
7.5 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA.....	180
7.5.1 Organização Didático-Pedagógica.....	180

7.6 SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	182
7.7 RELIGIÃO.....	185
7.7.1 Padroeiro do Município.....	185
7.7.2 Saga dos 120 anos.....	185
7.7.3 Os imigrantes e a festa da colheita.....	187
7.7.4 Capela das Almas começa a ter importância turística	188
8 PESQUISA DE CAMPO.....	190
9 ENTREVISTAS.....	195
9.1 ENTREVISTA COM IRMA, NETA DE IMIGRANTES ITALIANOS.....	195
9.2 ENTREVISTA COM LOURDES, NETA DE IMIGRANTES ITALIANOS.....	202
CONCLUSÃO.....	210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	214
ANEXO A: REPORTAGENS.....	220
ANEXO B: CARACTERÍSTICAS DAS SETE PRINCIPAIS VARIEDADES (VITIS VINÍFERAS), CULTIVADAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	231
ANEXO C: CONTO LOURDINHA PIERINA/PIERIN.....	234



USAL
UNIVERSIDAD
DEL SALVADOR

INTRODUÇÃO

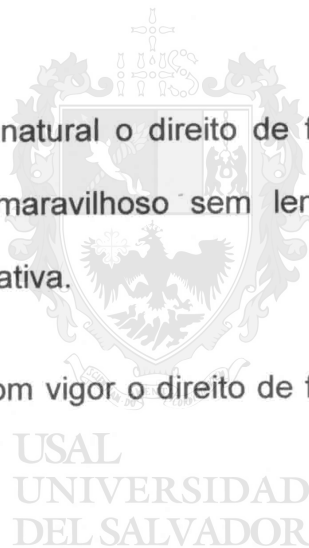


USAL
UNIVERSIDAD
DEL SALVADOR

1 UM POUCO DA HISTÓRIA DA LIBERDADE DE FALAR

Aceitamos como fato natural o direito de falar livremente. E desfrutamos deste direito fundamental e maravilhoso sem lembrar as terras travadas para conquistar tão preciosa prerrogativa.

Quando se defende com vigor o direito de falar, existe uma fé inabalável e uma tradição muito antiga.



Os historiadores encontram a origem da idéia de liberdade da palavra nas cidades-estados da Grécia, especialmente Atenas, a primeira democracia do mundo. Citam as palavras de Sócrates em 399 a.C.: “Uma sociedade sem liberdade de palavra seria o mesmo que um universo sem sol. Uma vida não provada pela discussão não vale a pena ser vivida”. Contudo, foram os atenienses que condenaram Sócrates à morte por manifestar seu pensamento ou, como expressaram em seu veredito hipócrita, por corromper os jovens com idéias”.

Séculos mais tarde, até a própria idéia da liberdade de palavra teve de renascer. Ela se expandiu através de tímidos incrementos, enquanto os reis e

barões disputavam o poder na Europa medieval. Na Inglaterra, os barões reuniram-se em 1215 num prado em Runnymede e obrigaram o Rei João a assinar a Carta Magna. Não era uma constituição democrática, mas apenas uma remuneração dos privilégios usuais dos barões. Mas para preservarem seus poderes assim reafirmados, os barões rebeldes criaram uma comissão permanente de 25 membros. Assim, involuntariamente, ajudaram a dar nascimento à instituição do Parlamento.

O Parlamento, o “lugar de falar”, permaneceu um instrumento ridículo contra a tirania real por mais de 500 anos – enquanto os reis puderam punir seus membros pelos que diziam dentro do recinto do Parlamento. Sem embargo e a despeito das ameaças e punições, repetidas vezes homens valentes desafiaram os reis e se manifestaram.

Exemplo característico foi a coragem de Peter Wentworth, que, em 1575, se ergueu para defender seu direito – e de todos os membros do Parlamento – de criticar o governo, os ministros da Rainha, e a própria Rainha. Ele foi aprisionado, julgado num tribunal superlotado e lançado na Torre de Londres. Mas tão veementes foram os protestos em todo o país, que a cautelosa Rainha Elizabeth o pos em liberdade após algumas semanas de prisão.

O direito a criticar dentro do Parlamento aumentou. Quando, em 1688, Guilherme e Mary subiram ao trono, o Parlamento só consentiu nisso depois de eles concordarem assinar um “Bill of Rights” (lista de direitos). Nenhuma de suas cláusulas era mais importante do que a que dizia: “A liberdade de palavra e de debates no Parlamento não deve ser embargada nem discutida em qualquer tribunal ou local fora do Parlamento”. Ali, afinal, as decisivas palavras “liberdade de palavra” foram francamente brasonadas.

Foi outra luta semelhante – a luta pela liberdade religiosa – que levou homens a exigirem liberdade de palavra fora do Parlamento. Quando o Rei Henrique VIII rompeu com Roma, puniu os que hesitaram em acompanhá-lo nesse cisma. Sua filha católica, a Rainha Mary, perseguiu os protestantes ainda com maior vigor. Mas a caixa de Pandora por ele aberta ao afirmar sua própria liberdade de religião não pode ser fechada.

Os ingleses, às dezenas de milhares, convenceram-se de que suas crenças religiosas só deviam ser impostas por suas próprias consciências. Assim, quando a Rainha Elizabeth sucedeu à Rainha Mary e uma vez mais separou a Igreja Anglicana de Roma, por mais que tentasse não pode restaurar o conformismo. O número de puritanos e outros dissidentes foi aumentando. Por toda a Inglaterra o debate interminável sobre a religião estabeleceu a liberdade de palavra em assuntos religiosos...na prática, se não em lei escrita.

O novo Mundo deu impulso à causa da liberdade de palavra. Para encorajar a emigração para a América, os reis ingleses concederam uma longa série de cartas régias, especificando os direitos do povo. A Carta de Maryland, de 1632, incluiu certas prescrições de liberdade religiosa quase 60 anos antes de os ingleses obterem na pátria garantias equivalentes. A liberdade de palavra ainda não estava firmemente consagrada no Parlamento da Inglaterra quando o Conjunto de Liberdades de Massachusetts, em 1641, garantiu o direito de todo “habitante ou estrangeiro, livre ou não”, de falar em reuniões públicas municipais.

Nem todos os primeiros que chegaram estavam dispostos a conceder direito de discordar a quem quer que diferisse deles. Em Massachusetts, por exemplo, os anciãos puritanos logo se envolveram em disputas com Roger Williams

e seus partidários batistas. Mas Williams tinha apenas de fazer um percurso de 80 quilômetros em direção sudoeste para obter a liberdade de pensamento e de palavra em suas próprias plantações de Providence. E, como o pequeno grupo de Williams, dezenas de milhares de outros através do século seguinte encontraram na fronteira que avançava lentamente a garantia perfeita do direito de se manifestarem, por mais cabeçudos, errados ou iludidos que fossem.

Às vésperas mesmo da Revolução Americana, e ainda durante os anos de luta atroz, os colonos tomaram o cuidado de proteger o direito de seus opositores à liberdade de palavra. Em 1765, a Câmara de Burgueses da Virgínia reuniu-se para votar uma série de vibrantes resoluções condenando a Lei do Selo como insuportável opressão. Mas, quando Patrick Henry propôs que quem quer que defendesse o direito no Parlamento de tributar os colonos fosse considerado inimigo do povo, os Burgueses rejeitaram decididamente essa proposta. Os colonos queriam afirmar seus próprios direitos, mas não fechar a boca, nem mesmo dos tories que havia entre eles. Já em 1777, por exemplo, o Ver. Edward Winslow, de Braintree, Massachusetts, pode orar publicamente por Jorge III.

Uma vez declarada a independência, as ex-colônias apressaram-se a redigir constituições estaduais incluindo declarações de direitos. A Constituição da Pensilvânia, adotada em agosto de 1776, foi a primeira na História a prescrever explicitamente que “as pessoas tem direito à liberdade de palavra”. Atrás de todas essas garantias havia a profunda convicção dos líderes da independência norte-americana de que a democracia só poderia funcionar se estivesse firme a liberdade de palavra. Jefferson, Madison, Franklin e outros haviam sido intensamente influenciados por filósofos como Rousseau, que viam no governo o resultado de

contratos sociais em que as pessoas só cediam alguns de seus direitos naturais ao Estado, reservando cuidadosamente outros como direitos invioláveis do indivíduo. Acima de todos estes, eles colocavam a liberdade de palavra, porquanto somente por seu exercício todas as outras liberdades poderiam ser defendidas contra o cerceamento por autoridades com tendências tirânicas.

Thomas Jefferson foi quem melhor expressou o ponto de vista comum ao esboçar o Estatuto da Liberdade Religiosa da Virgínia em 1786. “A verdade”, escreveu, “é grande e prevalecerá se for deixada em paz. Ela é o antagonista adequado e suficiente contra o erro e nada tem a temer do conflito oriundo da discussão e debate livres”.

A convenção que redigiu a Constituição Nacional dos Estados Unidos da América omitiu quaisquer outras novas garantias das liberdades individuais. A maior parte dos delegados julgou que os direitos pessoais podiam encontrar proteção adequada nas constituições estaduais. Entretanto, quando o Congresso submeteu a Constituição à aprovação dos Estados, desencadeou-se uma tempestade de oposição. A ratificação só foi conseguida mediante a promessa de que o Congresso faria da aprovação de emendas com uma Declaração de Direitos a sua primeira ordem do dia.

Coube ao jovem James Madison a tarefa de esboçar essas emendas. Incentivado por cartas de Thomas Jefferson, naquela época embaixador dos Estados Unidos em Paris, Madison planejou a Primeira Emenda como algo bem superior a um mero endosso do ideal da liberdade de palavra. “O Congresso não elaborará qualquer lei restringindo a liberdade de palavra”, escreveu ele.

As palavras e ações dos fundadores da nação norte-americana provocaram repercussões profundas no mundo inteiro. Já em 1789, enquanto o Congresso ainda estudava as emendas da Declaração de Direitos dos Estados Unidos, os Estados-Gerais de França adotavam a Declaração de Direitos do Homem, moldada nas declarações de direitos já incorporadas à maioria das constituições dos Estados norte-americanos.

Desde então, praticamente todos os países independentes do mundo adotaram garantias semelhantes. Mesmo a Constituição soviética, aprovada em 1936, calmamente diz que “aos cidadãos da U.R.S.S. é garantida a liberdade de palavra”. No entanto, a amarga experiência dos povos por trás da Cortina de Ferro, e de outros em muitos dos Estados mais novos, testemunha amplamente que tais garantias podem nem valer o papel em que se acham escritas, a menos que os homens estejam dispostos a lutar por elas.

A garantia da liberdade de palavra nos Estados Unidos foi submetida à sua grande prova sete anos apenas após ser adotada. Em 1789, parecia iminente a guerra com a França, e uma histeria de espionagem varreu o país. Pressionado pelo Presidente John Adams, o Congresso aprovou as Leis de Estrangeiros e de Sedição. Esta última considerou crime – durante os três anos seguintes – criticar o governo ou provocar “desprezo ou difamação” do Congresso ou do Presidente da República.

O resultado foi um breve mas violento reinado de terror. O Deputado Matthew Lyon, do Vermont, foi preso por dizer que o Presidente Adams tinha “sede ridícula de pompa”. Vários outros homens foram tratados analogamente por franqueza ainda mais banal. A repulsa pública em breve derrotou o partido de

Adams e elegeu Jefferson, que imediatamente perdoou a todos os que haviam sido condenados, e o novo Congresso deixou a Lei de Sedição expirar.

Durante os julgamentos de Lyon e outros transgressores, seus defensores nada conseguiram com objeções à validade da Lei de Sedição porquanto os tribunais federais ainda não tinham consagrado seu poder de decidir se os atos do Congresso eram ou não inconstitucionais. Em 1803, todavia, a Corte Suprema arrogou-se aquele direito e, desde então, tem sido o principal guardião dos direitos do povo norte-americano contra a usurpação pelo Congresso ou pelo Presidente.

Destarte, ao longo dos séculos, dezenas de decisões da Corte Suprema esclareceram o significado exato da liberdade de palavra, estabelecendo suas limitações onde ela entra em conflito com outros valores da comunidade e, mais amiúde, alargando seu campo de ação para adaptar-se a novas condições não previstas.

Hoje as limitações são poucas. Se a pessoa pronunciar obscenidades em público, poderá ser acusada de ofensa à moral. Se pronunciar “palavras agressivas” – daquelas que virtualmente forçam o adversário a tirar o paletó e agredi-la – a pessoa poderá ser detida até “esfriar”. Se uma pessoa difamar alguém, este poderá processá-la. Se suas palavras provocarem um “perigo nítido e atual” de incitamento à violação da ordem ou deposição do governo pela força – se, por exemplo, a pessoa instigar a turba a uma violência imediata – a polícia terá o direito de intervir e detê-la.

Por outro lado, os tribunais revogaram uma série de posturas municipais que tendiam a restringir a liberdade de palavra. Determinaram que um recinto

público não pode ser franqueado a um grupo e vedado ao rival; que ninguém precisa de obter permissão oficial para levar a efeito uma reunião ou para falar num recinto privado; que os Estados e cidades devem permitir a utilização dos jardins e ruas para discursos, estabelecendo apenas regulamentos absolutamente necessários a fim de evitar congestionamentos do tráfego ou manter a paz e o silêncio.

Logo que surgiu o cinema, muitas comunidades norte-americanas criaram comissões de censura para examinar os filmes antes de serem exibidos ao público e eliminar as cenas que julgassem obscenas ou carilegas. Em 1952 a Corte Suprema resolveu que o direito à liberdade de palavra tornava anticonstitucional tal censura prévia. Hoje, na maioria dos Estados, nenhum exibidor precisa de permissão prévia para os filmes; porém, uma vez mostrados, ele poderá ser processado por obscenidade.

Todos os anos, até uma dúzia de casos referentes à liberdade de palavra costumam ser levados à Corte Suprema dos Estados Unidos. Agora, um caso crítico, relativo à lei de Connecticut que proíbe a disseminação de informações sobre controle da natalidade, está a caminho do mais alto tribunal norte-americano. Este terá de decidir se aquela lei estadual, é ou não um cerceamento anticonstitucional da liberdade de palavra.

Outro problema, investigado recentemente em audiências do Congresso, diz respeito à censura de pronunciamentos de oficiais das Forças Armadas em serviço ativo. Será essa censura uma contestação ao direito civil de um oficial de manifestar seu pensamento? Ou será um controle legítimo da política militar pela autoridade civil?

Observando a atenção dada pelos norte-americanos a essas questões, às vezes se conclui que a liberdade de palavra deles se encontra em perigo iminente. Não poderia estar mais equivocada. Os legisladores locais e até o Congresso podem, eventualmente, decretar estatutos que tendem a restringir a liberdade de palavra. Policiais ou autoridades públicas mal orientados, às vezes, violam o direito de um cidadão a falar livremente. Mas os tribunais americanos revogam leis inválidas e anulam contestações ilegais desse direito.

É esta preocupação constante – dos tribunais, da imprensa e do povo dos Estados Unidos – de preservar e ampliar a liberdade de palavra que distingue fundamentalmente uma sociedade aberta da de todos os regimes totalitários, onde só podem manifestar-se aqueles que apóiam incondicionalmente o partido no poder. Como disse Andrei Vishinsky, promotor dos expurgos de Stalin na Rússia Soviética: “Em nosso Estado, naturalmente, não há nem pode haver lugar para a liberdade de palavra dos adversários do socialismo”.

Os norte-americanos não aceitam um critério tão fanático. Sua fé, hoje como quando a Constituição foi redigida, repousa na ampla liberdade de palavra tanto para críticos do governo e do partido governante como para os seus defensores.

Para uma grande porcentagem de povos, falar mais de uma língua, não é problema. Ao contrário, é algo de todos os dias, é parte de sua vida diária. O bilíngüe ou multilíngüe vai utilizar uma língua de acordo com as circunstâncias. É verdade que a maioria de uma população não domina mais de uma língua. Em países como o Canadá, onde o inglês e o francês são ambos língua oficial, uma

grande porcentagem de sua população é bilíngüe, não todos, porém. Três são as possibilidades:

- o indivíduo domina ambas as línguas por igual
- que o conhecimento de uma delas seja superior à outra
- que fale unicamente uma.

Também há os casos de países onde se fala uma língua só e esta é considerada por alguns lingüistas como segunda língua. Na América do Norte, na Califórnia e mesmo em New York, a maioria dos espanhóis provenientes de Porto Rico, Cuba e México, utilizam o espanhol como primeira língua e o inglês como segunda. Na Nova Inglaterra, o francês é mais utilizado que o inglês e as comunidades indígenas de todo o país ainda mantêm a sua língua. A tudo isto, há de somar-se a língua dos grupos de imigrantes de diferentes raízes étnicas e seus descendentes nascidos no país que os acolheu. Estes não se põem em contato com a língua inglesa senão quando entram na Escola, que é quando se produz o choque lingüístico, sociológico e psicológico tão difícil de resolver. Bolívia é um exemplo onde o espanhol, língua oficial, reparte seu domínio com o Aimará e o Quéchua.

Até há pouco tempo, o conceito de raças passava por um crivo. Supunha-se que os indivíduos de grupos étnicos completos, ao cabo de um tempo, abandonavam essa língua nativa para mesclar-se com a população monolíngüe. Agora, a América do Norte reconhece o valor da diversidade lingüística, internamente ligada à diversidade cultural e ao sacrifício que o indivíduo e seu grupo

são submetidos quando tratam de sua inculturação. Cada grupo mantém sua identidade e sua língua é conservada.

Como língua e cultura estão intimamente ligadas, este processo deve prestar especial atenção ao problema de aquisição da segunda língua, o bilingüismo.

Em 1967, já promulgada a lei sobre educação bilíngüe na América do Norte, reconhecendo assim a importância de programas que melhorem a educação através do bilingüismo.

Ninguém tem o direito de despojar ninguém de sua língua e cultura, ninguém tampouco o direito de perder sua identidade em sua própria terra pelo avanço de outros povos que podem ser bem ou mal vindos.

Basicamente, considerava-se bilíngüe aquela pessoa que tinha a capacidade de poder comunicar-se em outra língua, que não a sua, isto é, que praticasse o uso alternado das duas línguas. Muitos são os fatores que contribuem para afetar a competência de duas ou mais línguas: a idade, a oportunidade de uso da língua, o agrado emocional e a função social.

Diglosia é o uso de uma ou mais línguas dentro de uma mesma região geográfica. É uma característica da sociedade. Em uma sociedade diglósica podem existir indivíduos que falem uma só língua, ou duas, ou até mais de duas.

Os termos diglosia e bilingüismo se confundem com muita facilidade.

A problemática que surge é a língua a utilizar na instrução, especialmente nos primeiros níveis.

A confusão de línguas traz o desentendimento político. A língua une as raças.

As distintas correntes imigratórias não aceitaram de imediato a fusão das línguas. Os filhos dos imigrantes se educaram em sua língua de origem, na Califórnia, em 1917.

Os investigadores consideraram que as crianças bilíngües se adiantaram menos. Não se analisava a bagagem cultural, nem os grupos em si.

No Canadá, nos anos 60, comprovou-se que os alunos do grupo bilíngüe obtinham melhores resultados, possuíam uma estrutura mais diversificada e mais flexibilidade de pensamento.

Outra teoria apresentada é a que os que falam só a língua materna, têm menos firmeza na escrita e na leitura.

Um dos elementos-chaves da aprendizagem de línguas é o educador: este deve ter confiança em sua habilidade de ensinar, utilizar métodos ativos, que permitam aos estudantes comunicar-se claramente e controlar o progresso na aprendizagem através de feedback (avaliação). A síndrome do “pobrezinho” não existe mais. Todos devem saber que podem e têm condições de aprender. O mundo atual tende a um multilinguismo, respeitando, contudo, a minoria com sua língua, sua história, sua cultura, sua identidade.

A maioria dos bilíngües não fala a segunda língua com fluidez.

Cada população que usa uma segunda língua é um grupo diferenciado dos que usam somente a língua materna.

Cada comunidade de falantes tem regras de como se deve falar certos temas, em situações particulares em que se demonstre respeito, amizade, etc. em contato com sociedades bilíngües, os pesquisadores têm observado como as pessoas mudam.

Quais são as exigências para manter as normas da língua materna em um ambiente onde praticamente sempre se ouve e se lê em outras línguas?

Primeiro: uma atenção contínua e constante contato com falantes da mesma língua e leitura de livros da língua materna.

Nos Estados Unidos, comprovou-se a eficácia dos programas pré-escolares dedicados aos filhos de famílias de poucos recursos, ensinando-lhes a língua inglesa antes de entrarem na escola. Para as crianças foi bom. No entanto, a maioria dos pais alcança um grau limitado de conhecimento da língua inglesa e isto tem como resultado, que a comunicação entre pais e filhos diminui. Não existe mais um denominador comum, através do qual se podia discutir os problemas. Por exemplo, o caso dos pais latinos: a mãe pode entender o inglês e falar com os filhos; seu esposo, não. Os filhos deixam de falar a língua materna, e o pai, que não aprendeu o inglês, não pode comunicar-se com eles.

As conseqüências são mais graves do que se pensa; não só de comunicação, mas, também, de intervenção na educação de seus filhos, além da depressão do pai, que sente haver perdido seus filhos e destes que sentem haver perdido o pai.

Para uma criança que fale o espanhol ou o português, aos três ou quatro anos é conveniente que aprenda a falar o inglês, isto é, antes de entrar na escola. Nesta idade, a aquisição de fluidez se faz naturalmente e sem dificuldades.

Em resumo, os educadores devem favorecer a aprendizagem da língua oficial do local que acolhem os imigrantes e tentar conservar a língua materna, junto com os pais, sustentando o crescimento de ambas as línguas.

É preciso permitir às crianças uma identidade que está enraizada e se nutre de duas culturas: a família e a escola, e não somente uma identidade em que a inferioridade da família está entrelaçada com a internacionalização do inglês.

1.1 DEFININDO TERMINOLOGIAS

1.1.1 Linguística

Três importantes momentos:

- 1) Gramática – formas corretas ou incorretas
- 2) Filologia – formas atuais comparadas com formas do passado
- 3) Filologia ou gramática comparada – linguagem através do contato com determinada sociedade

A lingüística estuda todas as manifestações da linguagem humana, ou seja, do meio de comunicação de idéias entre os homens através de símbolos.

- Sociolingüística: relação entre língua e sociedade.
- Sociologia da linguagem: integração entre língua e estruturas sociais.

- Etnolinguística: relações entre língua e cultura

1.1.2 Antropologia

Anthropos = homem

Logos = estudo

A antropologia estabelece a unicidade do homem no universo; o homem é universal no tempo e no espaço, regido pelas mesmas necessidades fisiológicas e psicológicas. Apresenta valores de todos os povos e culturas e proclama a igualdade em oposição à superioridade racial.

Períodos importantes:

- 1) 1725 a 1840 – progressismo
- 2) 1840 a 1890 – evolucionismo
- 3) 1890 a 1940 – funcionalismo
- 4) 1940 - estruturalismo

- Antropologia física: estudo do homem desde sua origem e seu evolucionismo.

- Antropologia cultural: manifestação da cultura humana.

1.1.3 Língua

Saussure: sistema de signos e de regras, tesouro coletivo depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade. Sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro, ou mais exatamente